NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 11/07/2012 Edição Nº 617

Congresso da CUT: Marco Maia diz que não haverá retrocesso em direitos

Na cerimônia oficial de abertura do 11º CONCUT (Congresso Nacional da CUT), realizada na noite de segunda – feira (9) na capital paulista, o presidente da Central, Artur Henrique, afirmou que a entidade vai se dedicar às eleições municipais deste ano, defendendo voto em candidatos de origem popular e trabalhista, e que vai intensificar as mobilizações por aumentos salariais e por ampliação de direitos.

Artur destacou as mobilizações dos servidores públicos, que neste período pressionam o governo federal por aumentos e reestruturação de carreira, e disse que a valorização desses trabalhadores é indispensável para fortalecer o Estado como indutor do crescimento.

O ex-presidente Lula, que era aguardado pelos mais de 2,5 mil delegados presentes ao auditório do centro de exposições Transamérica, cancelou a ida, por recomendação médica, em função da queda de temperatura na cidade. Isso não impediu que a plateia cantasse "olé, olé, olé, olá, Lula, Lula" por mais de um minuto, após o coordenador geral do CONCUT e secretário geral, Quintino Severo, ter transmitido a informação.

Na presença do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), e do ministro do Trabalho, Brizola Neto, o presidente da CUT cobrou empenho do Legislativo e do Executivo na implementação de mudanças como a ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe as demissões sem justa causa, o fim do fator previdenciário e a aprovação da fórmula 85/95, elaborada em conjunto pelas centrais, governo e lideranças parlamentares em 2009, mas até agora parada no Congresso. Outra cobrança foi pela reforma tributária.

Mídia - A imprensa tradicional também foi criticada. "Hoje me mostraram uma manchete de um jornal aqui de São Paulo, que tenta desqualificar nossa luta", disse Artur. Ele fazia referência a texto em que o jornal Folha de S. Paulo insinua que a CUT pretende fazer pressão sobre o STF no julgamento de processo envolvendo lideranças da campanha presidencial vitoriosa de 2002. Na verdade, na entrevista que Vagner Freitas, atual secretário de Finanças, deu ao jornal, o dirigente apenas cobrou um julgamento justo, com base nos autos, e que os ministros do Supremo não se deixem influenciar pela campanha e pressão política comandada pela mídia e pela oposição.

"Nós aqui vamos passar cinco dias discutindo temas da vida real de trabalhadores e trabalhadoras, e a imprensa fica distorcendo as coisas, inventando fatos. Isso não me surpreende. Já colocamos 100 mil mulheres em uma mobilização como a Marcha das Margaridas e a imprensa não deu uma única linha", desabafou. Em seguida, defendeu a democratização da comunicação.

O deputado Marco Maia citou alguns temas em debate pelo Congresso Nacional no último período. Entre os pontos, o presidente da Câmara citou a redução da jornada dos enfermeiros para 30 horas semanais, o pagamento do adicional de periculosidade para os vigilantes e o fim do fator previdenciário, que qualificou de "chaga que tem prejudicado milhões". Chamando para seu lado o ex-presidente da CUT, deputado Vicentinho (PT-SP), Marco Maia enfatizou: "Enquanto estivermos na Câmara não vai haver retrocesso. Vamos lutar para avançar nos direitos. Este é o nosso compromisso e a nossa história".

Fonte: Portal da CUT com PT na Câmara

Amanda Miguel

Entre os pontos que considera prioritários, que estão no Congresso Nacional, Marco Maia citou os 30% de Adicional de Risco de Vida/Periculosidade dos vigilantes.

TRT divulga relação dos 100 maiores devedores na Paraíba

Poder público, construção civil e prestação de serviços estão no topo da lista; veja nomes

Das 100 empresas com o maior número de processos na Justiça do Trabalho da Paraíba, 66 estão reunidas em apenas três segmentos: poder público, construção civil e prestação de serviços na área de segurança, transporte de valores e terceirização de mão de obra. Segundo levantamento feito pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), as cem empresas somam 8.673 processos com dívidas trabalhistas.

Na lista, o maior devedor é da iniciativa privada, a massa falida da usina Santa Maria, com 506 processos. Já o segmento com o maior número de devedores é o setor público. São 30 prefeituras. Na relação geral, entre os 20 maiores devedores estão 12 prefeituras. O município com o maior número de processos é Araçagi, com 492, seguido por Areia, com 384 e Aroeiras, com 269.

No setor privado, 18 empresas que atuam no setor de segurança, transporte de valores e terceirização de mão de obra estão entre as maiores devedoras em número de processos na Paraíba. A Sena - Segurança Inteligente LTDA tem 220 processos e a Taler Service – Recursos Humanos e Serviços LTDA tem 213 ações trabalhistas. A Global Terceirização de Serviço LTDA fica em terceiro lugar com 191 processos.

O outro segmento com o maior número de ações trabalhistas no estado é da construção civil. São, também, 18 empresas e as três com o maior número de processos são: Salgado Filho Engenharia, com 99 ações; Calbras - Construções e Incorporações LTDA., com 76 e a Porto Salgado Construções e Incorporações LTDA., com 63 processos.

Pessoas físicas

Em relação a pessoas físicas o número de processos dos 100 maiores devedores soma 2.359 ações trabalhistas. Os dois maiores devedores são José Humberto Dias de Toledo e Roseane Marques Porto de Toledo. Cada um tem dívida em 59 processos, que já foram julgados pela Justiça do Trabalho mas não foram pagos. Os menores devedores da lista são Adson Almeida Carneiro Martins de Medeiros, Janete Maria Gomes e Bruno Vilarim Pimentel Nobre Alencar, cada um com 10 processos.

Na casa dos 50 processos estão, além dos dois primeiros lugares, Maria de Fátima Marques do Rego, com 54; Alde de Castro Salgado Filho, com 53; Heronides Barbosa do Rego Filho, com 50 e Bruno Granja Porto, também com 50.

Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Os dados foram retirados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. O BNDT, sigla que designa o banco de dados, foi criado no TST depois da adoção da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 7/07/2011. Uma das funções do banco é fazer com que empresas inadimplentes com trabalhadores, apesar de terem perdido na Justiça do Trabalho, possam participar de licitações.

O BNDT passou a funcionar a partir de janeiro de 2012 e, a partir daí, as Varas e os Tribunais Regionais do Trabalho passaram a alimentar e registrar no Banco as empresas cadastradas como devedoras em processos trabalhistas. Para que se tenha um dimensão dos efeitos do BNDT sobre os devedores da Justiça do Trabalho, desde sua entrada em funcionamento, 37 mil 135 (pessoas físicas e jurídicas) em todo o Brasil, até então positivadas, quitaram os débitos. Além disso, 9 mil 633 empresas garantiram suas dívidas ao realizar o depósito em dinheiro ou penhora de bens no valor da dívida.

Radiografia no Brasil

No Brasil, segundo o Tribunal Superior do Trabalho, a Vasp (Viação Aérea de São Paulo) encabeça a lista das 100 empresas com mais processos já julgados pela Justiça do Trabalho, mas que ainda não foram quitados. Com 4.913 processos, é seguida pelo Banco do Brasil que tem 2.472.

Quanto às pessoas físicas, o empresário Wagner Canhedo Azevedo é o primeiro a encabeçar a lista das cem pessoas físicas com maior número de processos com débitos trabalhistas na Justiça do Trabalho, num total de 1.173 processos, seguido de três pessoas da família, num total de 2.978 processos, sendo que o último lugar ficou com João Antônio Rocha Camargo, com 149 processos.

Fonte: Mais Paraíba

Tribunal Superior do Trabalho
Tribunal do Trabalho da Paraíba – 13ª Região
Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT)

Apresentamos abaixo a lita das empresas de prestação de serviços que estão no ranking das cem maiores devedoras da Paraíba

Empresa	Total de ações
SENA SEGURANCA INTELIGENTE LTDA	220
GLOBAL TERCEIRIZACAO DE SERVICO LTDA	191
TRANSFORTE PARAIBA VIGILANCIA DE VALORES LTDA	146
SOS-SISTEMA OSTENCIVO DE SEG. E TRANSPORTEDE VALORES	79
BV PARAIBA VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	68
COILAV CUSTODIA E VIGILANCIA DE VALORES LTDA	66
EMCONVI EMPRESA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	63
EMSERV EMPRESA DE SERVICOS E VIGILANCIA LTDA	62
A SERVSAN - EMPRESA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	57
E J S EMPRESA DE JARDINAGEM E SERVICOS LTDA	56
SENA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	51
PROMOTIME SERVICOS TEMPORARIOS LTDA	42
GAT SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	33

Vigilantes de transportadores de valores em SC firmes na luta

A greve no transporte de valores pode acabar nesta quinta-feira (12). Na audiência que discutiu a paralisação, na terça (11) não houve acordo entre empresas e empregados. O Ministério Público do Trabalho propôs a correção monetária pelo INPC (4,88%) a partir de maio, mais 4% de ganho real, que poderão ser pagos de forma escalonada até outubro. Caso a proposta não seja aceita por qualquer uma das partes, haverá julgamento do dissídio coletivo nesta quinta-feira (12) no Tribunal Regional do Trabalho.

Os trabalhadores também fizeram uma proposta para por fim à greve. Eles aceitam voltar ao trabalho imediatamente se as empresas concordarem em pagar integralmente os dias parados. As empresas têm até as 10 horas da manhã desta quarta-feira (11) para se pronunciar sobre a proposta.

O Sindicato dos Vigilantes do Carro Forte estão chamando a categoria para comparecerem à audiência do dia 12/07, que será o julgamento do dissídio coletivo, caso as empresas não se manifestem sobre a proposta apresentada pelos trabalhadores e MPT.

A CNTV mais uma vez reafirma o seu apoio e solidariedade ao SINTRAVASC e aos trabalhadores em transporte de valores por suas justas reivindicações.

Fonte: G1 SC com CNTV

Campinas: Clandestinos são maioria na vigilância

A região de Campinas tem quatro vigilantes clandestinos para cada um regular. Os dados são da diretoria regional do Sesvesp (Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo). O diretor do sindicato atribui os números, entre outros fatores, à diferença salarial entre os regularizados e os sem registro que, segundo ele, é de até 50%. Para especialista, leis municipais deveriam exigir a qualificação e regularização (leia texto abaixo).

Ainda de acordo com o sindicato, a região teve um recuo no número de empresas regularizadas no setor, o que também é apontado pela entidade como reflexo do avanço dos clandestinos no mercado. Eram 17 regulares com sede na região em 2010, contra 16 atualmente. Em cinco anos, foram nove alvarás cancelados, por clandestinidade ou por encerramento espontâneo das operações.

A regional do Sesvesp abrange as cidades da RMC (Região Metropolitana de Campinas), além dos municípios de Limeira e Jundiaí.

"Quando a Polícia Federal ataca o clandestino eles vão na Justiça comum e continuam atuando. Porque a legislação fala apenas (de regularização) da segurança armada. Para inibir isso há um projeto de lei da segurança privada, que deve ser votado no próximo ano. Depende do congresso aprovar, para regulamentar a profissão", afirmou José Evaldo Vieira, diretor regional do Sesvesp. Há necessidade de autorização prévia e específica da Polícia Federal para o uso de arma de fogo nos trabalhos dos seguranças privados.

QUALIFICAÇÃO

Para buscar coibir a ação dos clandestinos e buscar diferenciá-los dos regularizados, o Sesvesp criou o CRS (Certificado de Regularidade em Segurança). Só o obtém a empresa dentro dos padrões exigidos pelo Ministério de Justiça. Entre as exigências estão ter vigilantes treinados e com reciclagem periódica.

Atualmente, seis das 16 empresas sediadas na região possuem o certificado. "Por exemplo: a nossa região é próspera em condomínios horizontais. Eles contratam 'empresa de portaria' para fazer a segurança. O pessoal não quer saber se é uma empresa regular ou não. Pra eles é tudo segurança", relatou Vieira.

A reportagem não conseguiu localizar representantes dos sindicatos da Habitação e dos condomínios durante o final de semana.

Fonte: Todo Dia Campinas

De acordo com sindicato representante da categoria, quatro a cada cinco vigilantes não são regularizados

Guarda Patrimonial em condomínio: tipo de residencial aquece o setor

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF